

# Forças de Segurança de Minas apreendem quase mil armas durante operação internacional Trigger IX

Qui 20 abril

Um total de 988 armas de fogo e 11.169 munições foram apreendidas pelas forças de segurança pública de Minas Gerais durante a nona edição da operação Trigger, uma iniciativa da Interpol em parceria com 15 países da América Latina para o combate ao tráfico internacional de armas de fogo. A iniciativa teve como objetivo concentrar esforços das forças de segurança dos diversos países envolvidos para identificar e interromper atividades criminosas relacionadas ao tráfico de armas de fogo e crimes correlatos.

A operação Trigger IX foi realizada simultaneamente em todo o continente latino-americano entre 12 de março e 2 de abril, com foco no aprimoramento da cooperação policial internacional por meio da coleta e compartilhamento de ações de inteligência em investigações de tráfico de armas e do uso de ferramentas específicas da Interpol. Em Minas Gerais, a operação foi coordenada pela [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#).

No Estado, foi empregado um efetivo total de 486 policiais e 153 viaturas na operação. Foram 1.257 pessoas presas/conduzidas/autuadas, além de 186 menores apreendidos. Entre as armas capturadas, destaque para dois fuzis, 11 metralhadoras, 115 espingardas, 382 revólveres, 230 pistolas, entre outras.

"As forças de segurança de Minas Gerais e forças federais se empenharam de forma integrada na operação Trigger, que visa ao combate e controle da circulação de armas ilegais no nosso país. Uma operação motivada pela Interpol, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e no âmbito de Minas Gerais com a coordenação da Sejusp, envolvendo as demais instituições do estado. Foram apreensões muito vultosas, que contribuem para a preservação da segurança do povo mineiro, uma vez que tiram de circulação armamentos que estão de forma ilegal nas mãos das pessoas", explica o superintendente de Integração e Planejamento Operacional da Sejusp, Bernardo Naves.

A delegada Cláudia Marra, diretora de Operações da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais, detalha que a operação foi encampada pela PCMG por meio da integração com os demais órgãos de segurança pública, no sentido de apoiar as forças federais com atuação repressiva qualificada contra o tráfico e o comércio ilegal de armas de fogo e munições. "Em Minas Gerais, ações pontuais foram realizadas pela PCMG com resultados exitosos, como a que ocorreu na cidade de Passos, no Sul do estado, quando da apreensão de duas pistolas calibre 380 e uma escopeta calibre 12, além de munições e sete placas balísticas".

"A integração entre os órgãos, com foco no combate à criminalidade, sobretudo o tipo de gestão que controla e organiza toda a parte estatística, faz com que tenhamos dias melhores para nossas comunidades e nossa sociedade em geral", afirma o tenente-coronel Flávio Santiago, chefe do

Centro de Jornalismo da Polícia Militar de Minas Gerais.

## **Balanço nacional**

No Brasil, a operação resultou na apreensão de 4.677 armas de fogo, 147.954 munições, 15.195 quilos de entorpecentes, 41.231 fiscalizações/abordagens de pessoas, 6.167 pessoas detidas por crimes diversos e 345 veículos apreendidos. As atividades operacionais foram concentradas em grandes centros urbanos de todas as regiões do país, em cidades fronteiriças e também no interior, com destaque para a fiscalização de rodovias, portos e aeroportos.

O Centro de Comando da Operação reuniu coordenadores nacionais de todos os 15 países participantes para apoiar a rápida troca de informações, a coordenação de atividades e o uso das ferramentas da Interpol para verificação cruzada de informações.

Participaram da operação a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, além das Secretarias de Segurança Pública estaduais e Polícias Civil e Militar de todos os estados da federação, sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Houve também a participação do Exército Brasileiro nas ações de fiscalização sob sua competência exclusiva.